TL3795-34

INTERVENÇÃO DO LÍDER DA RESISTÊNCIA, KAY RALA XANANA GUSMÃO, LIDA EM SEU NOME NA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA INTER-PARLAMENTAR SOBRE TIMOR LESTE, PROMOVIDA PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA, LISBOA, 31 DE MAIO -2 DE JUNHO DE 1995

Conselho Nacional da Resistência Maubere
FALINTIL

Excelência Senhor Presidente
da República Portuguesa
Dr. Mário Soares

Excelência Senhor Presidente
da Assembleia da República
Dr. Barbosa de Melo

Excelência Senhor Primeiro-Ministro
Dr. Cavaco Silva

Ilustres participantes

Em nome do Povo Maubere, venho nesta ocasião particularmente significativa, agradecer aos Órgãos de Soberania portugueses o esforço empenhado na realização desta Conferência Inter-parlamentar sobre Timor-Leste, como cumprimento do próprio mandato da Constituição Portuguesa que ordena 'exercer todos os actos necessários' em defesa do direito de Timor-Leste na auto-determinação e independência nacional.

Aproveito ainda para agradecer a todos os participantes que, vindos de vários pontos do globo, quiseram com esta Conferência reafirmar a justa luta do nosso Povo contra o colonialismo indonésio e denunciar a cumplicidade internacional.

Saúdo Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República Portuguesa, Dr. Barbosa de Melo e, na sua pessoa, todos os digníssimos deputados portugueses que, representando o povo irmão portugues, têm vindo a dignificar as responsabilidades portuguesas sobre Timor-Leste.

Quero saudar também o Senhor Presidente da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, Dr. Fernando Amaral, assim como a todos quantos infatigàvelmente se dedicam à causa timorense.

Saúdo Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Durão Barroso, cuja feliz teimosia política vem conservando incólume a tenacidade maubere na resistência ao ocupante estrangeiro. Aproveito para expressar também ao Dr. Quartin-Santos e a toda a sua equipa, a gratidão do nosso Povo pela devoção com que tem vindo a tratar do problema de Timor-Leste.

Saúdo, com especial apreço, Sua Excelência o Primeiro Ministro, Dr. Cavaco Silva, pela firmeza e convicção com que o Governo português vem apostando na defesa do direito do Povo Maubere à auto-determinação e independência nacional.

Não podia deixar de saudar, em nome pessoal e em nome do nosso Povo, o Amigo entre os amigos de Timor-Leste, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares, que, em todas as ocasiões e lugares, pelo mundo fora, sempre soube retratar a difícil luta do Povo Maubere, interpretando com

clareza os seus sagrados anseios e exortando a comunidade internacional para a defesa do Direito Internacional e dos princípios universais, que contemplam o tão arrastado problema de Timor-Leste.

Por último, aos meios de comunicação social portugueses e todos os convictos e dedicados amigos de Timor-Leste e ao Povo português, assim também à Solidariedade Internacional, devo expressar aqui a gratidão e, essencialmente, a confiança do Povo Maubere de que a chama da sua luta continuará acesa nos corações de todos.

Ilustres participantes

Foi em Maio de 1974, que, na capital portuguesa, foi reconhecido o direito de Timor-Leste a escolher o seu próprio futuro. Escolher o próprio futuro, a sentença para um cativeiro amargurado de um Povo a quem, em todo este percurso do tempo, lhe está sendo negado este direito!

Aqui, em Lisboa, nos reunimos 21 anos depois, não apenas para certificar isso mesmo mas, por via disto, procurarmos uma saída a este problema.

Há 19 anos e meio que os generais indonésios fazem do território de Timor-Leste um campo de treino militar, onde puderam avaliar desde os velhos vasos de guerra adquiridos logo após a independência à necessidade de modernizar a marinha, desde os pequenos aviões de transporte, que metralhavam o ar, à aquisição de Bronko OVB-10, de Sky Hawks e outros modernos caças, desde a compra da moderna artilharia terrestre à eficiência técnico-táctica das suas forças terrestres.

Há 19 anos e meio que as assassinas forças de ocupação indonésias têm vindo a executar simplesmente a estratégia de genocídio físico e cultural do nosso Povo.

Neste mesmo mês de Maio, em 1974, dois partidos nacionalistas nasceram para representar a consciência do Povo timorense, para se tornar o relicário das lutas ancestrais contra o colonialismo e para assegurar a promessa de um futuro de liberdade e de paz.

A aprendizagem política dos timorenses foi uma experiência amarga, como o início de todos os processos políticos de difícil gestação.

No percurso da luta pela sobrevivência da nossa Pátria e do nosso Povo, tentámos erguer uma resistência organizada que reunisse e orientasse a participação de todos os cidadãos de Timor-Leste, indiscriminadamente das suas convicções políticas e ideológicas, salvaguardando a liberdade de opções e sobretudo definindo exactamente o papel apartidário das gloriosíssimas Falintil.

E em Timor-Leste só há dois exércitos: a poderosa ABRI e seus colaboradores armados e a pequena mas invencível força da guerrilha das FALINTIL.

Infelizmente, o termo Maubere tem vindo a ser, com certa obstinação, uma nódoa nos espíritos puritanos de alguns timorenses. Os sacrifícios e o sofrimento do Povo Maubere ensinaram-nos a perceber e a assumir que as únicas divergências de peso entre timorenses só podem ser na base de se se é a favor ou contra o direito de Timor-Leste. Tudo o mais não deve servir para justificar atitudes menos honestas face à heróica resistência do nosso Povo.

Consagrado como esta o Povo Maubere pelo mundo fora, facto que honra imensamente o Povo de Timor-Leste, declaramos que o CNRM, tão mavioso a ser pronunciado atestando o inseparável idealismo com uma luta de vida ou de morte, poderá vir a denominar-se Conselho Nacional da Resistência Timorense, como mais uma das bastantes provas da vontade de todos quantos assumimos, como fundamental, a responsabilidade de libertar a Pátria e o Povo de Timor-Leste.

Que este nosso gesto seja percebido de que tudo faremos para continuar a honrar e a servir os supremos interesses do heróico Povo Maubere e que, por este martirizado Povo, não seremos nós que albergaremos o amor-próprio que sempre conduz a visões estreitas e a práticas inconsequentes.

Ilustres participantes

A representar a situação de Timor-Leste, todos os anos há os encontros tri-partidos entre Portugal e a Indonésia, sob os auspícios do Secretário -Geral da ONU, encontros que já se tornaram tão rotineiros como pràticamente improdutivos.

A Indonésia, desde o início, sempre se serviu das suas potencialidades económicas para influenciar governos a aceitar como consumado o acto de anexação militar do território. Durante a guerra fria, em que o mundo, dividido em dois, se sujeitava totalmente aos interesses das grandes potências, Jacarta viu-se beneficiada com uma impunidade sem par para cometer as maiores barbaridades sobre o Povo de Timor-Leste.

Entrou a invadir o território a partir das fronteiras desde Setembro de 1975, tomando Maliana até à linha de Atabai, e, abertamente, em 7 de Dezembro seguinte. Logo, nesse dia, massacrou indiscriminadamente homens, mulheres, velhos e crianças. A cumplicidade do Ocidente era patente não só na luz verde concedida por Ford e Kissinger que dias antes da invasão se encontraram com Soeharto, como da Austrália, que sabia da invasão e chamou os seus cidadãos , a CVA, a ACFOA, sem fazer o mínimo para impedir aquele acto contrário ao Direito Internacional.

Os generais indonésios, que sabiam onde os antigos quartéis portugueses estavam instalados, fizeram descer paraquedistas e fuzileiros navais sobre Dili, a seguir sobre Baucau e depois Lospalos. Só um reduzido número de população, apanhada de surpresa, foi impedida de subir para as montanhas. A despeito do aparato militar, empregue pela Indonésia, mais de 90% da populaçáo sob a protecção das suas Forças Armadas de Libertação, as gloriosas FALINTIL, resistiam organizadamente nas montanhas.

Em Julho de 1977, uma dita Assembleia Provisória, cujos elementos foram recolhidos das ruas, assinou uma petição para a integração de Timor-Leste, enquanto o seu Povo era diàriamente bombardeado e morria aos milhares, varrido por balas, atacado de fome e doença e forçado a abandonar suas casas e haveres que eram incendiados e forçado a marchas esgotantes para se livrar do Exército invasor.

Porque a população preferiu morrer a render-se ao novo colonialista, os generais indonésios procederam a sucessivas ofensivas militares de grande en-

vergadura, a partir de Setembro de 1977, cercando e atacando as enormes bolsas de resistência, que uma por uma, foram sendo tomadas, devido a colossal diferença entre as forças indonésias e os resistentes mauberes. Esta ofensiva que semeou morte e destruição por todo o Timor-Leste, só terminou em 22 de Novembro de 1978, com a tomada do último reduto popular de resistência em Matebian. A população de Timor-Leste foi totalmente controlada mas, antes disso, teve que aceitar que centenas de milhares de seus filhos pagassem caro o preço de defender a Pátria.

Posteriormente, a fome e a doença que grassaram aquele ajuntamento forçado da população e os intermináveis massacres colectivos em todos os pontos de Timor-Leste, fizeram juntar mais dezenas de milhares de vítimas, atingindo um terço da população.

Uma integração assim, que, a pedido daquela fantoche Assembleia Provisória, devia ser feita sem demoras e sem ser através de um referendum, uma integração assim é o que muitos países do Ocidente, para não verem prejudicadas suas relações económicas com a Indonésia, ou vem fazendo de conta que não sabem ou abertamente defendem que é o que o Povo de Timor-Leste merece!

Todavia e irònicamente, muitos governos que, por questões de salvaguardar as relações económicas com Jacarta, reconhecem o 'controle repressivo físico real' das assassinas forças de ocupação, a que chamam de soberania, não hesitando entretanto de declarar que não concordam com a forma como Timor-Leste foi anexado.

Quando, 40 anos depois da soberania Sul-Africana na Namíbia, este país se tornou independente, o Povo de Timor-Leste renovou as suas esperanças de que acima de tudo, o Direito Internacional e os padrões universais da justiça, liberdade e paz mereceram finalmente a atenção da Comunidade Internacional para com outros casos que ainda envergonham a Comunidade Internacional.

Quando a guerra fria se estilhaçou nos destroços do muro de Berlim, o Povo Maubere acreditou que a mudança que se desejava para toda a humanidade viria a contemplar a sua luta. Uma por uma, as Repúblicas do Báltico se tornaram soberanas nações independentes, assim como as de Ásia Central readquiriram a liberdade e o direito de gerirem o próprio destino. A mesma liberdade e o mesmo direito que também contemplam Timor-Leste.

A invasão do Iraque a Koweit foi um papel carbono da tragédia de Timor-Leste, desde os argumentos para justificar tal acto como a farsa das assembleias provisórias para representar um país acabado de ser agredido e um povo que estava sendo reprimido e dizimado. A própria reacção da ONU a condenar a invasão e a exigir a retirada imediata, total e incondicional das forças invasoras, reconhecendo a soberania de Koweit, foi idêntica à reacção da Assembleia-Geral da ONU e do seu Conselho de Segurança, na altura da invasão de Timor-Leste em 7 de Dezembro de 1975. Mas foi só até aqui a cópia, mais ou menos exacta, dos dois acontecimentos: Infracção do Direito Internacional, violação dos princípios universais que reconhecem a todos os Povos o direito à auto-determinação e independência nacional, por um lado, e a reacção da ONU, depositário desse Direito Internacional e desses Princípios universais, condenando actos ilegais de anexação, pela via da força, de outros territórios.

Só até aqui a similaridade com que o caso da invasão da Koweit fez res-

saltar o assunto esquecido de Timor-Leste, porque

a comunidade internacional já reagiu diferentemente. Se, no caso de Timor-Leste, nas primeiras resoluções da Assembleia-Geral da ONU, a comunidade internacional condenou com veemência a Indonésia, aos poucos, os interesses económicos foram pesando no comportamento de países, chamados campeões da defesa dos Direitos Humanos e do Direito fundamental dos Povos.

Enquanto que o genocídio étnico, cultural e físico, praticado pela Indonésia em Timor-Leste, se deixava arrastar por 17 anos, com a comunidade internacional à espera que os generais de Jacarta marcassem o dia exacto para a exterminação das FALINTIL, a fim de darem por verdadeiramente arrumado um assunto difícil de tratar, já no caso do Koweit, pelo petróleo que companhias de exploração Ocidentais não estavam dispostos a perder, uma força internacional sem precedência na história da ONU, recuperaram o pequeno território de dunas de areia e entregaram-no ao seu povo.

Hoje, uma Chechena ou uma Bósnia se por um lado revelam a insurgência daqueles Povos contra o domínio estrangeiro, esses conflitos exigem à comunidade internacional para ter presente que a Nova Ordem Mundial não se consegue apenas pela retórica de uma globalização que tende a avaliar os padrões da justiça, da liberdade e da paz pelos interesses económicos em jogo.

Quando a um regime colonialista como a Indonésia, é concedida a oportunidade de mandar as suas tropas assassinas participar nas forças de manutenção de paz da ONU, é óbvio que este regime obteve o silêncio sobre o massacre de centenas de milhares da população de Timor-Leste, nestes já quase 20 anos de ocupação militar do território.

Quando a um regime ditatorial que faz do diálogo uma arma para melhorar a sua imagem perante outros conflitos e obsessivamente se nega a um diálogo construtivo não só para o seu próprio povo como para um caso de violação do Direito Internacional, como é a anexação pela via armada de Timor-Leste, é óbvio que esse mesmo regime se sente reforçado até com certa impunidade na prática repressiva não só ao seu povo como ao povo Maubere. É o que acontece quando a administração Clinton pretende dar de novo ajuda para o Treino Militar para os militares indonésios transgredindo os próprios princípios que dizem que, com excepção de circunstâncias excepcionais, não será dada assistência militar a nenhum país que se engage em padrões de grosseiras violações dos Direitos Humanos internacionalmente reconhecidos.

É o caso de Jacarta que, ao arrepio do Direito Internacional e dos princípios proclamados na Carta das Nações Unidas e ao arrepio dos princípios do Movimento dos Não-Alinhados, leva uma presidência deste Movimento sem que seja incomodada pelos países membros do Movimento dos Não-Alinhados, quanto a um dos fundamentos de uma Organização que engloba um terceiro-mundo, abalado e confuso, influenciado pelo cinismo político do mundo Ocidental.

Se princípios universais, quando violados, são meramente aceites como questões internas de países que normalmente são boas zonas de investimento, a moral da política está longe de conduzir o mundo a uma compreensão mais igualitária, fundamentada nos padrões da justiça para todos, liberdade para todos e paz para todos.

Eu creio que, passados que foram 19 anos e meio de um caso de abusiva e

intolerante violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste, um caso de ambição militarista de expansão territorial que nega o direito fundamental que assiste ao Povo Maubere de escolher o seu próprio destino, esta Conferência Inter-Parlamentar não esbanjará tempo a provar apenas que o Povo de Timor-Leste tem este direito e que a Indonésia o violou.

A Indonésia pràticamente nunca se importou com as resoluções que acabam por ser uma simples repetição de tantas outras, as quais até têm criado no regime a sensação de 'eles depois cansam-se' e a esperança de que, para o ano, o número de participantes será menor e a resolução menos convincente.

Timor-Leste e o seu Povo têm sentido enormemente a sua inserção geográfica. Timor-Leste e o seu Povo estão dentro de um verdadeiro anel de fogo entre a Indonésia e a Austrália o que permite que os generais indonesios se tornem corajosamente assassinos e os governantes e politicos australianos meros cúmplices daqueles.

Muitos países ocidentais estão a receber facilidades de investimento, benefícios de compra e venda de tecnologia e até de material de guerra, à custa do genocídio étnico e cultural imposto ao Povo timorense.

O Povo Maubere aceitará a sua exterminação se, para defender o Direito Internacional e os padrões universais da liberdade, da justiça e da paz, tiver que arrostar sòzinho com todas as consequências, animado apenas pela solidariedade dos povos e pelo espírito de justiça dos homens de boa vontade, como prova esta Conferência Inter-Parlamentar sobre Timor-Leste!

Todavia, embora cada ano que passa lhe traga um peso sempre maior para suportar, o Povo Maubere em meio de lagrimas e desapontamentos, reflexão e dores, como qualquer outro que lutou pela sua liberdade e independência, nunca se desesperou ao ponto de desistir da luta! O Povo de Timor-Leste tem os seus olhos fitos no futuro e o futuro significou sempre, desde o começo da história da humanidade, esperança, o futuro foi sempre promessa de mudanças e o futuro trará sempre também o momento exacto da vitória da verdade sobre o erro e da justiça sobre o crime.

Já afirmei que o erro de Jacarta não está nestes anos todos de ocupação militar e repressiva de Timor-Leste. O erro de Jacarta foi o acto de invasão de 7 de Dezembro de 1975, data oficial que não retira o vandalismo da violação das fronteiras desde Setembro do mesmo ano. Deste erro, justificado por mentiras que a conjuntura politica mundial da altura necessitava para encenar a defesa dos interesses das grandes potências (o ex-secretário do estado norte-americano James Baker ainda muito recentemente reconheceu que, na invasão a Timor-Leste, os Estados Unidos cometeram um erro e continuam a cometê-lo), nasceu um outro erro político que hoje assusta os generais indonésios: a fatal mentira de que o Povo timorense escolhera de livre vontade a integração.

E o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Mochtar Kusumatdja, afirmou há bem pouco tempo, que não podem aceitar o referendum porque perderiam a credibilidade, porque perderiam a face. Assim também, os generais indonésios que ainda não conseguem ser suficientemente inteligentes para aceitar, com cavalheirismo, a derrota político-militar frente a uma pequena e mal equipada força de guerrilha, num palmo e meio de um terreno de meio milhão de habitantes e tentam, a todo o custo, incluir Timor-Leste no profundamente crónico

problema do 'kesatuan e persatuan indonesia'. Esforçam-se por mentalizar o Povo indonésio a sentir que Timor-Leste é um perigo para essa unidade de estado indonésio. É a única arma política de que podem servir-se os generais de Jacarta para continuar a mentir ao povo indonésio sobre um caso que eles próprios sabem acabará mal para eles.

Aos poucos, a sociedade indonésia começou já a perceber que o caso de Timor-Leste é um caso de Direito Internacional e não mais um 'caso interno da Indonésia', como era a propaganda do governo. Aos poucos, o povo irmão indonésio, ávido da democracia e da justiça, começou a compreender que o seu governo tem estado a acumular mentiras sobre mentiras sobre o problema de Timor-Leste.

Enquanto o regime de Jacarta, for ainda monitorado pelos militares desde o seu parlamento até às aldeias, é difícil pensar-se que Jacarta possa entender que a Indonésia não pode ver a globalização, apenas nos benefícios que o seu potencial económico lhe concede, como prerrogativa para não aceitar o que ele chama de 'interferências' e como direito de impôr aos outros que a defesa do caso de Timor-Leste pode prejudicar as relações económicas.

Mas a Indonésia sòzinha não poderia ser tão arrogante, se o Ocidente não praticasse, com total insensibilidade, a política de dois pesos e duas medidas. Contudo, acreditamos que o envelhecido regime indonésio não terá muito por escolher nos próximos tempos. A roda da história traz no seu ventre os sempre novos embriões de renovação e os dentes enferrujados de ontem serão irremediàvelmente substituídos por novas peças de uma engranagem para a transformação global da região.

O Povo timorense vem suportando sòzinho a resistência ao colonialista mais sádico do após a segunda guerra mundial. No seu quinquagèsimo aniversário da independência, a Indonésia sabe que tem as mãos sujas do sangue maubere, sangue que desvirtua a sua própria história de emancipação do colonialismo holandès.

O problema é apenas que os generais indonésios não foram feitos para fazer reflexão, mas formados para comprar armas, equipar exércitos e planear ataques. E são estes homens que detêm o poder na Indonésia, ao lado dos grandes consórcios, tão endividados como qualquer país do terceiro-mundo mas salvos apenas pelos enormes recursos que o país tem, recursos que engordam uma pequena elite de conglomerados à custa da pobreza de uma imensa maioria. Existem na Indonesia 15 milhões de pessoas debaixo dos padrões mínimos de pobreza. Até, às vezes, gostaríamos de gritar ao Suharto para cuidar desses 15 milhões de indonésios e deixar em paz o Povo de Timor-Leste cuja população está a ser dizimada pelas suas tropas de ocupação.

Mas o ciclo vicioso da política leva-nos de novo a considerar a pressão externa como a arma de persuasão para as mudanças de atitude do regime de Jacarta. A solidariedade indonésia expressou-se assim: a invasão de Timor-Leste foi uma aventura do regime militarista de Jacarta. Se o Povo Indonésio fosse governado por um regime democrático, é impossível que o Parlamento indonésio concordasse com anexar um território pela via das armas, infringindo assim os princípios básicos da Conferência de Bandung que criou o Movimento dos Não-Alinhados! É pena é que os países defensores dos Direitos Humanos fecham os

olhos, não só à situação politica de repressão na Indonésia como à violação do Direito Internacional, no caso de Timor-Leste!

E é aqui que se coloca a responsabilidade da comunidade internacional!

Digníssimos Senhores

Será sob este denominador que desejaríamos que esta Conferência debruçasse aprofundadamente sobre o tempo actual do estatuto juridico-político de Timor-Leste.

É hora de se encontrar a via de solução ao problema. É hora de forçar Jacarta a entender que o caso de Timor-Leste não pode mais ser equiparado ao epíteto do separatismo na Indonésia. Timor-Leste nunca foi da Indonesia como nunca foi de Portugal. Assim como Portugal, antes, a Indonésia mantém hoje apenas e apenas uma presença física militar e político-administrativa no território, como potência colonialista.

Daqui a uns dias, realizar-se-á o encontro intertimorense.

Se se pensa que os timorenses se vão reconciliar em Salzburgo, não tem sentido darmos à situação em Timor-Leste uma causa para cima das diferenças entre timorenses. Se a causa de toda a situação em Timor-Leste é a anexação pela via da força pela Indonésia, não tem sentido uma reconciliação entre timorenses. Dizemos assim porque a solução do problema ou a discussão de qualquer assunto, a exposição de qualquer ideia, para terem resultados positivos têm que provir da explicação da situação política do/no território. Não se pode fugir disso, não se pode ser tão insensível que, por exemplo, se vá lá concordar que foi um gesto excepcional integrado nas medidas de confiança, o plano de Galvão de Melo de escolarizar os indonésios na língua portuguesa quando é proibido falar-se o português no território ou aplaudir-se um grupo de jovens portugueses que vão executar bailados e corridinhos na Indonésia e vender o tinto e sardinhas com azeite português.

É escusado pensar que o encontro entre integracionistas e resistentes timorenses, possa lançar ideias como: respeito aos Direitos Humanos em Timor-Leste. Da ONU à CE, da UE a governos, resoluções sobre Direitos Humanos em Timor-Leste não têm tido peso de convencimento para o regime de Jacarta. Nem se sonhe que o encontro possa produzir exigências como retirada ou diminuição das assassinas tropas de ocupação do território. Muitos pronunciamentos dos integracionistas, são em defesa da posição oficial do regime colonialista a que servem, como funcionários do Golkar e do governo, condição que os cobrem de privilégios, à custa do sangue dos próprios irmãos que eles ajudaram a prender, torturar, massacrar e depois negar que isso tudo tenha acontecido.

Se, por um milagre fora de toda a lógica de análise, um António Parada e um Xavier do Amaral, um Abilio Osório e um Chico Lopes, venham a abordar os temas acima, é impensável deduzir-se que os generais de Jacarta se disponham imediatamente a concordar com isso. Para Jacarta, esses timorenses, que repetem servilmente a retórica do governo, são simples cassetes. Enquanto ainda puderem ser inteligíveis, elas são tocadas. Se estão gastas, são deitadas para o lixo. Não têm importância, como pessoas. Tem importância apenas nos serviços que prestam e enquanto prestam. Muitos são os exemplos dos que eram

inicialmente tomados como pessoas indispensáveis para a integração de Timor-Leste, mas porque, tomando consciência dos seus erros, se recusaram posteriormente a participar activamente no genocídio dos seus irmãos, hoje são uns falidos, do ponto de vista da valorização que o assassino ocupante dá ao timorense.

Jacarta criou há muito tempo esta ideia e tentou encenar a discórdia entre timorenses num painel político, que chamasse a atenção do mundo e diminuisse a noção da anexação militar de Timor-Leste que custou a vida de cerca de 300 mil timorenses.

O Centro de Estudos Estratégicos indonésio acertou em cheio na escolha dos actores, mas, como em toda a farsa que promove, Jacarta sabe que está jogando apenas com a sua própria credibilidade.

Nós fazemos votos para que todos os timorenses, que participarem na reunião de Salzburgo, não se esqueçam nunca que o problema de Timor-Leste é um caso de violação do Direito Internacional e um caso da negação dos princípios universais da justiça, da liberdade e da paz, e que esses timorenses assumam que só a aceitação plena da substância do problema pode conduzir a uma solução.

Fazemos votos para que, uma vez na vida, os timorenses segurem nas suas mãos a responsabilidade que cada filho de Timor-Leste deve possuir e sejam possuídos da coragem e do espírito de luta dos nossos ancestrais, para afirmarmos ao mundo que somos um Povo e temos uma Pátria, violada desde há 19 anos e meio, sob a complacência dos governos ocidentais. Uma vez na vida, sejamos timorenses, sejamos dignos filhos do nosso Povo! Se as nossas posturas não envergonharem a nossa pele nem insultarem o nosso espírito de guerreiros de uma pequena meia-ilha, a solução será em breve encontrada para a felicidade do nosso Povo.

O Conselho Nacional da Resistência Maubere, com a Fretilin, e tendo o apoio da UDT e de todas as forças nacionalistas da resistência como a Renetil, a AST e mais outros grupos independentes, declara que num Timor-Leste independente não haverá mais sangue timor para enlutar a reconstrução nacional.

A todos os irmãos timorenses que, levados pela ânsia de realização pessoal, viram na integração um meio para um desenvolvimento físico sem olhar para a destruição da mentalidade e do carácter da individualidade histórico-cultural do nosso Povo, declaramos que não haverá nem um acto de ódio ou vingança que venha a ser tolerado. Foi a guerra, provocada pela ambição expancionista da Indonésia, que nos dividiu e eu acredito que nós, os timorenses, estamos suficientemente maduros para a verdadeira reconciliação na nossa Pátria independente, fechando com consciência as páginas negras da nossa história para, de mãos dadas, trabalharmos para o futuro do nosso pequeno País e para o futuro dos nossos filhos.

Esta é a promessa da verdadeira reconciliação, como é o desejo mais profundo do nosso Povo e como exigência mais sagrada da nossa Pátria. Seria o nosso simbólico 'hemu ran', acto que os nossos ancestrais nos ensinaram como o selo da irmandade, tanto como nos transmitiram o sagrado ideal da Pátria, traduzido no "fatuk no rai, uma no ahi"!

Digníssimos Senhores

Desejariamos saudar aqui Sua Excelência o Secretário-Geral da ONU, pela firmeza com que abordou a questão de Timor-Leste, na sua recente visita a Indonesia.

Em meio ao seu cansaço psicológico, que qualquer Povo sentiria quando a sua resistência já durasse 20 anos e, pior ainda, nas condições em quais deve apenas contar com as suas próprias capacidades de resistir, o Povo Maubere sentiu-se insuflado de verdadeira esperança, de renovada fé e de total confiança de que a ONU, como depositária do direito fundamental dos Povos, como guardiã dos princípios universais da justiça, da liberdade e da paz e do Direito Internacional, não permitirá que um caso como o de Timor-Leste venha a ser pura e simplesmente relegado para a categoria de assunto interno da Indonésia.

Mas, para isso, para apoiar as Nações Unidas a levar a cabo o seu papel de solução dos conflitos, a clara e firme postura dos políticos em todo o mundo é uma condicionante muito necessária! E, hoje mais do que nunca, todas as atitudes políticas em defesa do direito, da liberdade, da justiça e da paz são de uma vital importância, para forçar o regime colonialista de Jacarta a entender que os Direitos Humanos são universais e, como membro da ONU, a Indonésia deve respeitar o Direito Internacional.

Agora mais do que nunca, porque o próprio Secretário-Geral já afirmou que a solução só pode vir da Assembleia-Geral da ONU, retirando a Indonésia a veleidade de pensar que a reconciliação seria sinónimo de integração.

A Indonésia tem-se aproveitado do adiamento do debate sobre Timor-Leste na Assembleia-Geral da ONU, para se tornar arrogante, desafiando a Comunidade internacional. A Indonesia fez tudo, aproveitando-se da influência que adquire como o recipiente de investimentos dos mais promissores do terceiro mundo, para ganhar uma boa imagem na solução do problema de Cambodja, para melhorar a sua posição tornando-se membro do Conselho de Segurança da ONU e despertando até novo protagonismo no conflito na ex-Jugoslávia.

O Secretário-Geral da ONU foi extremamente enfático quando lembrou ao jornalista Indonesio, que o entrevistava sobre vários problemas, que a Indonesia tem um em suas mãos e que é o Timor-Leste, sobre que ele não estava sendo perguntado. Uma observação para lembrar a Jacarta que Timor-Leste não é assunto interno da Indonésia.

Agora é o momento apropriado para que esta Conferencia adopte resoluções firmes e claras. O Tribunal Internacional da Haia tem entre mãos o caso de Timor-Gap. Acreditamos que a integridade, o profissionalismo e o espírito de justiça que constituem a credibilidade que os Juízes do Tribunal Internacional de Haia granjearam aos olhos do mundo, venham a estar na base da decisão desta instância jurídica internacional sobre a queixa de Portugal.

Nós temos a absoluta certeza de que, embora não sendo membro do Tribunal Internacional de Haia, agentes indonésios estão tentando corromper os corredores do Tribunal, como fazem com muitos peritos dos Direitos Humanos em Genebra e muitos diplomatas na sede das Nações Unidas em Nova Yorque. Este é o esquema do lobby indonésio, em todo o lado e é o aspecto mais ressaltante da cultura javanesa.

Qual será então a via de solução? Qualquer situação para o caso de Timor-Leste busca responder a dois objectivos: a- a defesa do que fundamenta o caso como problema internacional e b- a defesa dos interesses de todas as partes envolvidas/interessadas.

Jacarta sempre se negou a reconhecer a parte timorense como interessada, sendo como é uma parte directamente envolvida no conflito. Assim é que o encontro intra-timorese, representa um passo importante, quando visto do prisma de que Jacarta teve que reconhecer oficialmente a existência da resistência, que por lhe ser reconhecido o direito de ser consultado deixou o epíteto que os generais indonésios gostam de utilizar: GPK.

Se a defesa de que constitui a substância do problema deve prevêr normas para a implementação da solução, o referendum é meta a conseguir. Jacarta tem-se negado a este acto, primeiro porque o regime é ditador e as eleições na Indonesia nunca foram livres, e, segundo, porque o regime é colonialista e, com risco de se afirmar como tal, não pode aceitar uma consulta deste tipo.

Seja qual for a solução, se ela não vem da vontade livremente expressa, do Povo timorense, nenhuma solução é verdadeira e muito menos duradoura.

A solução só é justa se for expressão da soberana vontade da população do território.

E Jacarta tem que começar a incluir o referendum como via mais democrática e livre de decisão, no seu dicionário político, nesta era de transformações democráticas em todo o mundo.

Admiramos a coragem política dos governantes dos países que, mal acabando de passar da ditadura a um regime democrático, convidam observadores internacionais para confirmar que as primeiras eleições são, na verdade, livres e honestas.

No caso de Timor-Leste, um referendum deve ser supervisionado pela ONU, já que o regime de Jacarta ainda não está capaz de entender a democracia, no seu valor universal.

Nós poderíamos exigir um imediato referendum! É legítima esta reivindicação, a essência do problema de Timor-Leste aponta para isso, se é que não exige!

Mas considerando diversos aspectos e essencialmente respeitando os princípios democráticos que sustentam a prática do referendum, porque nós respeitamos os interesses de Jacarta através dos interesses do grupo de timorenses que desejam a integração, o CNRM já apresentou o seu plano de acção que permitirá a implementação segura de macanismos políticos com vista a assegurar uma situação de tranquilidade e de responsabilidade política de todos os timorenses e essencialmente por parte dos partidos e organizações de massa, sejam de que tendência e ideologia forem.

Ao longo destes 19 anos e meio, Jacarta tem provado a sua má-fé, tem manobrado o mundo com as suas mentiras e promessas mentirosas. A necessidade de uma supervisão internacional, através dos mecanismos da ONU, é de todo premente. A participação de Portugal, na sua qualidade de potência administrante servirá para iniciar o reatamento das relações diplomáticas entre Por-

tugal e Indonesia.

O Plano de Paz do CNRM, que tem o total apoio da sua componente, a Fretilin e de todas as forças sociais de Timor-Leste como a Igreja, a Juventude representada pela Renetil e pela AST e outros grupos existentes em terreno, define fases que são a visão antecipada das graduais necessidades de um processo de solução, verdadeiramente honesto e justo.

A combinação das medidas propostas na Fase I servem particularmente para a criação de um ambiente de segurança individual e colectiva de todos quantos, nessa altura, viverem em solo timorense.

Só a presença da ONU e de Organizações Internacionais podem garantir a estabilidade e segurança, podem certificar do cumprimento de medidas concretas, tanto por parte da Indonesia como por parte da resistência timorense. O que nós verdadeiramente tememos são as provocações por parte dos assalariados da intel, que serão instigados pelas autoridades militares de ocupação para continuamente desestabilizar a situação.

Em todos estes 20 anos de ocupação militar de Timor-Leste, a Indonesia armou muitos timorenses que se tornaram tão assassinos como os generais indonesios e que diàriamente, são a ponta de lança das actividades da intel, a ameaçar, perseguir e prender a população.

Como todos os governos coloniais, os ocupantes instigam crimes entre os naturais do territorio, para depois puderem justificar a continua presença das suas tropas.

Este será o período de verdadeira reconciliação. Um período muito sensível e determinantemente decisivo para o prosseguimento do processo. E neste período, há que se ter em muita boa conta a necessidade de um clima de confiança e, sobretudo, de mecanismos que inspirem e ajudam esse clima de confiança.

O desmantelamento do aparelho da polícia secreta será uma condição muito importante, ao lado da retirada das forças indonésias.

O desarmamento de todos os naturais, armados pelos Indonésios, será também uma condição para o desarmamento das FALINTIL.

Um controle assim da situação, pela ONU, ou por forças de manutenção de paz que poderiam ser portuguesas, seria a medida mais acertada para retirar de vez o espectro da guerra civil, tão propagandeada pela própria Indonésia. Nós nunca acreditamos numa outra guerra fratricida entre timorenses. Jacarta é quem levanta sempre este espantalho e para isso, a medida mais acertada sera precisamente a que apontamos.

A II fase é o período de re-adaptação das consciências, o período de ensaios políticos, o período de preparação técnica e profissional dos quadros, o período de afirmação das potencialidades sócio-económicas e culturais.

Os partidários da integração terão a mesma igualdade de direitos e deveres quanto aos defensores do direito do nosso Povo na auto-determinação e independência nacional.

Não negamos que os ànimos estejam presentemente exaltados, porque a violência e a brutalidade foram apenas prática das criminosas forças de ocupação e dos seus assalariados.

Entendemos bem a recusa de um referendo imediato, porque o resultado po-

deria ser influenciado pelos estados de ânimo. Nós até queremos dar oportunidade igual aos nossos adversários e não será apenas o tempo o factor da estabilização dos espíritos mas os nossos próprios actos, em defesa da verdadeira reconciliação, provarão a nossa boa-vontade política de solucionar o problema de Timor-Leste à luz do Direito Internacional e segundo as normas aplicáveis pela ONU, na solução de outros conflitos idênticos.

É a vez de Jacarta reconsiderar que o diálogo não é um conselho que se dá aos Cambodjanos ou a Croatas e Servios, mas um princípio para se aplicar tanto mais que a Indonesia detém a presidência do Movimento dos Não-Alinhados.

É a vez de Jacarta reconsiderar que o colonialismo é toda a forma de opressão de um Povo sobre outro e que o combate ao colonialismo é um dos objectivos do Movimento dos Não-Alinhados.

É a vez de Jacarta reconsiderar que os seus 50 anos de independência levam a nódoa do sangue de cerca de 300 mil timorenses, vítimas da repressão de uma guerra, que já vai no seu vigésimo ano, imposta a um Povo vizinho pequeno e indefeso!

Nós não pretendemos ser os vencedores nesta guerra, que apenas envergonha a Indonésia. A presunção sempre cegou a razão. Aceitar que se errou nunca envergonhou ninguém, aliás torna qualquer pessoa de novo merecedora de respeito.

As transformações no mundo não são acasos históricos. Nem são acidentes as mudanças para melhor, para o progresso. Acidentes são as tentativas de parar a roda da história e, quando essas tentativas tentam abusivamente ultrapassar o tempo, chamam-se obsessão e arrogância.

Jacarta, a celebrar o quinquagésimo aniversário da República Indonésia, pode marcá-lo com um evento histórico para assinalar as mudanças em correspondência com a retórica da globalização e da Nova Era Mundial, em correspondencia com o objectivo das Nações Unidas de erradicar o Colonialismo até ao ano 2000.

Apelamos ao Presidente Soeharto um acto de coragem política, como Presidente do Movimento dos Não-Alinhados e como Presidente de um Estado que respeitamos, celebrando o seu meio-século de independência.

Independência é o direito fundamental de todos os Povos do Mundo. E o Presidente Soeharto sabe bem disso! O Povo irmão indonésio, espera do seu Presidente actos políticos que o eternizem na história de uma grande Nação do 3o Mundo virado como está para o futuro de um maior progresso, onde a democracia, a justiça social e a paz sejam os parâmetros da sociedade indonésia e exemplo aos Povos e Estados vizinhos, incluindo o Estado Soberano de Timor-Leste!

Digníssimos Senhores

Nós sabemos que Jacarta ainda não está preparada para reconhecer que é tempo para mudanças políticas. Até quando, só o próprio Presidente Suharto sabe!

O CNRM está decidido a praticar todos os actos que possam tornear os obstáculos impostos por Jacarta.

O Representante Especial do CNRM, o querido irmão e companheiro de luta e infatigável combatente da liberdade do nosso Povo, vai prosseguir no seu esforço de provocar a implementação gradual e consequente da linha do pensamento do CNRM para a criação de condições socio-politico-e-economicas, sob a imprescendível supervisão da ONU. Até que a Indonesia aceite que Timor-Leste é um Território não-autónomo com direito à auto-determinação e independência nacional.

Nisto, seremos intransigentes e disto, estamos mais convictos que os generais indonésios! Pessoalmente, eu acredito que os timorenses já estão à altura de assumir as suas responsabilidades!

O Povo Maubere, por seu lado, tem a convicção também de que esta Conferência Inter-parlamentar sobre Timor-Leste, pela primeira vez realizada em Lisboa dê um vigoroso passo em frente, como continuidade e resultado de tantas acções, magníficas e inexcedíveis em zelo e dedicação à causa timorense, desenvolvidas pela Solidariedade internacional.

Temos fé, porque vós alimentais a nossa fé, temos esperança porque vós cuidais da nossa esperança. E sabemos que, convosco, com todos os homens de boa-vontade, espalhados pelo mundo, V E N C E R E M O S!

Viva a Solidariedade Internacional!

Viva a Justa Luta dos Povos Oprimidos!

A LUTA CONTINUA, SEM TRÉGUAS, EM TODAS AS FRENTES!

RESISTIR É VENCER!

Pel' O CNRM,

Kay Rala Xanana Gusmão
Cmdt das FALINTIL

Na prisão de Cipinang, Jacarta, aos 20 de Maio de 1995.-